



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DAS VÍTIMAS DA COVID-19

**RELATÓRIO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS MACRORREGIONAIS:  
Atenção Integral do Estado às Vítimas da Covid-19**

**Mesa Diretora 55ª Legislatura**

- Presidente – Valdeci Oliveira (PT)  
1º Vice-Presidente – Luiz Marengo (PDT)  
2º Vice-Presidente – Ernani Polo (PP)  
1º Secretário – Elizandro Sabino (PTB)  
2º Secretário – Gabriel Souza (MDB)  
3ª Secretária – Zilá Breitenbach (PSDB)  
4º Secretário – Dalciso Oliveira (PSB)

Porto Alegre, agosto de 2022.

# **FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DAS VÍTIMAS DA COVID-19**

## **MEMBROS**

Presidente: Pepe Vargas (PT)

Jeferson Fernandes (PT)

Edegar Pretto (PT)

Zé Nunes (PT)

Sofia Cavedon (PT)

Fernando Marroni (PT)

Luiz Mainardi (PT)

Stela Farias (PT)

Luciana Genro (Psol)

Luiz Marengo (PDT)

Zilá Breitenbach (PSDB)

Gerson Brumann (PDT)

Fran Somensi (REP)

Dr. Thiago Duarte (União Brasil)

Dalcisio Oliveira (PSB)

## SUMÁRIO

Agradecimentos.....	5
Apresentação.....	6
Recomendações.....	9
Anexo I - Audiências Públicas: Atenção Integral do Estado às Vítimas da Covid-19.....	12
Anexo II - Reprodução da Reportagem do Jornal Brasil de Fato: Brasil, um país sem políticas públicas para enfrentar as sequelas da covid (Katia Marko e Fabiana Reinholz).....	17

Em memória das mais de 40.000 vítimas da Covid-19 no Rio Grande do Sul.

## **AGRADECIMENTOS**

A Frente Parlamentar em Defesa das Vítimas da Covid-19 agradece às entidades e pessoas que integram o Comitê Estadual em Defesa das Vítimas da Covid-19.

Nosso agradecimento ao presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Valdeci Oliveira, que prontamente colocou o Fórum Democrático de Desenvolvimento Regional em apoio às audiências públicas que deram origem a este relatório.

Agradecemos a todas as pessoas que se envolveram na construção e mobilização das audiências públicas, dentre elas Fernando Pigatto, Inara Ruas, Mariana Dambroz, Paola Falceta, Ricardo Haesbaert, Rosângela Dornelles e Sônia Coradini. E também àquelas que contribuíram para a elaboração deste relatório: Cláudio Augustin, Everson Fernandes Pereira, Fabíola Papini, e Iti Guimarães.

Registramos a valiosa contribuição das Câmaras Municipais de Vereadores de Santa Maria, Lajeado, Pelotas, Santa Rosa, Passo Fundo e Caxias do Sul, que nos disponibilizaram suas instalações e setores de comunicação para a realização das audiências.

Nossa solidariedade aos familiares enlutados, às pessoas que lutam pela reabilitação dos pacientes que contraíram Covid-19 e aquelas que estão com sequelas ou sintomas da Covid-longa.

Pepe Vargas

*Presidente da Frente Parlamentar em Defesa das Vítimas da Covid-19*

## APRESENTAÇÃO

A Frente Parlamentar em Defesa das Vítimas da Covid-19, foi instalada no dia 27 de abril de 2022, com o objetivo de compreender os impactos da pandemia de Covid-19 na organização do sistema de saúde, na vida das pessoas e da sociedade gaúcha. Ampara-se na Resolução de Mesa nº 1.319/2015, que determina que as Frentes Parlamentares no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul possuem como finalidade tratar de assuntos específicos de interesse da sociedade.

O apelo para ampliar o engajamento e a atenção do Parlamento diante do complexo impacto da pandemia e seus efeitos na saúde, no âmbito do legislativo, ocorreu a partir do *Comitê Estadual em Defesa das Vítimas da Covid-19*<sup>1</sup>. O encontro entre parlamentares, sobreviventes, familiares, trabalhadores da saúde, entidades de classe, órgãos públicos, controle social, sindicatos e associações das vítimas, mostrou-se potente para a reflexão da realidade sanitária, social e econômica que vivenciamos no território gaúcho.

Visibilizar as vítimas da Covid-19, sejam elas vítimas diretas ou indiretas, é recordar que ainda são necessárias respostas do Estado. Na dimensão sanitária, existem demandas relacionadas à atenção à saúde da população que apresenta danos, permanentes ou temporários, causados pela doença, que implica na ampliação da oferta dos serviços existentes e possíveis novos arranjos assistenciais no Sistema Único de Saúde.

Estudo da Fiocruz Minas<sup>2</sup> indica que metade das pessoas diagnosticadas com Covid-19 apresentam sequelas que podem perdurar por mais de um ano. A pesquisa contabilizou 23 sintomas após o término da infecção aguda. Fadiga, que se caracteriza por cansaço extremo e dificuldade em realizar atividades rotineiras, é a principal queixa entre os pacientes, relatada por 35,6% dos participantes. Também entre as sequelas mais mencionadas estão tosse persistente (34,0%), dificuldade para respirar (26,5%), perda

---

<sup>1</sup> Em 2021, durante o processo de discussão do orçamento estadual, o Conselho Estadual de Saúde encaminhou ao parlamento proposta para que os recursos necessários para atingimento dos 12% investidos em ASPS fossem voltados para atender as vítimas da Covid. Neste momento estava sendo criado o Comitê Estadual em Defesa das Vítimas da Covid-19, que objetiva garantir a efetiva assistência e recuperação de todos os atingidos pela pandemia. Em sequência foi realizada uma audiência pública sobre a pandemia, solicitada pelo Deputado Pepe Vargas. Na ocasião surgiu a proposta de criação da Frente Parlamentar, que foi reafirmada em reunião com o Presidente da Assembleia Legislativa, Valdeci Oliveira, em fevereiro de 2022.

Entidades que compõem o Comitê Estadual em Defesa das Vítimas da Covid-19 no CES/RS: CNS ,CUT, SERGS, COREN-RS, Associação Vida e Justiça em Apoio e Defesa dos Direitos das Vítimas da Covid-19, AVICO Brasil, SINDSEPE-RS, SINDIFARS, GAPA-RS, AGAPAN, OAB RS, SIMERS, FCD, Mães e Pais pela Democracia, Sindisaúde-RS, CEDH RS, SIMPA , FIERGS, FRACAB, CNBB, CTB, CEAS, SINDIPOLO, CMS Porto Alegre, CMS São Leopoldo, CMS Bagé, CMS Arroio Grande, CMS Caxias do Sul, CMS Passo Fundo, Coletivo Povoar - Pelotas, UBM, Aserghc - Associação dos Servidores do Grupo Hospitalar Conceição.

<sup>2</sup><https://portal.fiocruz.br/noticia/pesquisa-da-fiocruz-avalia-sindrome-da-covid-longa#:~:text=Tamb%C3%A9m%20entre%20as%20sequelas%20mais,56%3B%2017%2C3%25>

do olfato ou paladar (20,1%) e dores de cabeça frequentes (17,3%). Além disso, também chamam a atenção sintomas como insônia (8%), ansiedade (7,1%) e tontura (5,6%). Entre os relatos estão ainda sequelas mais graves, como a trombose, diagnosticada em 6,2% da população monitorada.

Além das pessoas que necessitam da atenção do Estado para tratamento e reabilitação da saúde, as que perderam familiares e amigos, existem ainda as vítimas indiretas que foram impactadas com a desassistência. O dramático aumento das “filas” no Sistema Único de Saúde, devido ao represamento dos atendimentos durante os períodos de restrição dos serviços de saúde, expressa um grande desafio aos governos e poderes responsáveis por garantir o direito à saúde, conforme inscrito na Constituição Federal.

Fato é que a pandemia alcança de maneira cruel as pessoas vulnerabilizadas. Alguns estudos adotam o conceito de *sindemia*<sup>3</sup> para compreender a interação entre a perspectiva biológica de desenvolvimento da doença e as forças sociais, as vulnerabilidades associadas que agravam a carga de doenças, tanto no nível populacional como individual. Conhecer os efeitos dessa interação, portanto, é olhar para a vida e seus atravessamentos, em sua diversidade e singularidade.

Nesta caminhada enquanto Frente Parlamentar, ficou evidente que as políticas de saúde e as estruturas do SUS têm como vocação, no acolhimento às pessoas, revelar as necessidades para a promoção integral de direitos sociais. Proteger a vida inclui enfrentar dramas como a orfandade, o despejo de famílias de suas residências, a violência doméstica, o desamparo de pequenos empreendimentos e da agricultura familiar, o endividamento, a realidade da fome, desemprego, queda da renda, adoecimento psíquico, o sentimento de falta de perspectiva para o futuro.

A experiência de escutar as vítimas da Covid-19 ampara-se no compromisso com o desenvolvimento integral das pessoas e comunidades do Estado do Rio Grande do Sul. Num contexto de emergência sanitária, combinado a outras crises, torna-se imperativa a ação do Estado, a partir de respostas múltiplas e coordenadas.

O Legislativo, portanto, a partir do trabalho desta Frente Parlamentar, soma-se aos esforços da sociedade na sensibilização para que o Poder Executivo e demais poderes, cumpram seu dever na garantia do direito à vida e seu pleno desenvolvimento.

Este relatório é resultado do trabalho desenvolvido nos meses de maio, junho e julho de 2022. Apresenta a etapa inicial do percurso da Frente Parlamentar em Defesa das Vítimas da Covid-19, em parceria com o Fórum Democrático de Desenvolvimento Regional e o Comitê Estadual em Defesa das Vítimas da Covid-19.

O objetivo deste documento é apresentar recomendações ao Poder Público, a partir de debates em audiências públicas, realizadas nas 7 macrorregionais de saúde. Elas ocorreram na modalidade híbrida: presencialmente, nos municípios que concentram equipamentos públicos de saúde referenciados pela região; e com apoio da

---

<sup>3</sup> O conceito se popularizou a partir do comentário de Richard Horton, editor da revista The Lancet, defendendo que a Covid-19 era, de fato, uma sindemia. Ver em: [Covid-19 is a syndemic](#)

sala virtual, facilitando a participação.

Para cada audiência pública, nomeadas *Atenção Integral do Estado às Vítimas da Covid-19*, além da divulgação pelos meios digitais (redes sociais e whatsapp), os convites foram endereçados a instituições como: Câmaras Municipais de Vereadores, Defensoria Pública, Ministério Público Estadual e Federal, Coordenadorias Regionais de Saúde, Secretaria Estadual e Secretarias Municipais de Saúde, Conselhos Profissionais, Universidades, Conselhos Municipais de Saúde, Sindicatos, Associações de Municípios e demais entidades de interesse situadas nos territórios percorridos.

Audiências públicas realizadas:

<b>Atenção Integral do Estado às Vítimas da Covid-19</b>		
<b>Macrorregião</b>	<b>Cidade</b>	<b>Data</b>
1. Metropolitana	Porto Alegre	30/05
2. Centro-Oeste	Santa Maria	22/06
3. Vales	Lajeado	23/06
4. Sul	Pelotas	30/06
5. Missioneira	Santa Rosa	18/07
6. Norte	Passo Fundo	19/07
7. Serra	Caxias do Sul	25/07

Esperamos, em publicação posterior, apresentar o registro da escuta das audiências públicas. Trata-se de uma memória importante, dos vestígios de um tempo histórico e seus desafios. Além disso, é uma forma de visibilizar a dor dos familiares enlutados, sobreviventes e profissionais da saúde. Durante as audiências, os depoimentos transbordaram emoções: saudade, sofrimento, tristeza, desamparo, raiva e revolta. A certeza que segue embalando esta Frente Parlamentar é que há muito o que fazer. Será com empatia, solidariedade, respeito e compromisso político que teceremos amparo e reparação.

## RECOMENDAÇÕES

1. Que os gestores públicos do Ministério da Saúde, ou na sua omissão, que a Secretaria Estadual de Saúde, elabore em conjunto com as instâncias colegiadas intergestoras de pactuação e controle social, os **protocolos e diretrizes de atenção integral às pessoas em condição pós covid, Plano de ação com vista estruturar rede de ação e serviços de saúde para atenção integral da população exposta à covid**, conforme Recomendação 013/2022 do Conselho Nacional de Saúde e Resolução 08/2021 do Conselho Estadual de Saúde.
2. Que o Congresso Nacional, as Câmaras de Vereadores, as Associações de Municípios, e o Controle Social realizem **audiências públicas para debater o tema “Rede de Cuidados às Vítimas da Covid-19 e seus familiares”**.
3. Que seja considerada, em caráter de urgência, a comunhão de esforços para a formulação e execução de todas as políticas públicas necessárias a fim de garantir **atendimento integral e multidisciplinar aos pacientes acometidos pela síndrome de covid-longa**, em atenção aos princípios constitucionais do SUS, notadamente os que disciplinam a universalidade de acesso e integralidade nos tratamentos.
4. Que ocorra o **fortalecimento da Atenção Primária à Saúde**, como coordenadora do escopo das ações destinadas à Rede de Cuidados às Vítimas da Covid-19.
5. No contexto da Covid-19, que sejam formuladas e executadas **políticas de educação permanente em saúde**, com o objetivo de contribuir para a qualificação de profissionais e trabalhadores do SUS: desde a avaliação de saúde, tratamento e reabilitação.
6. Que sejam firmadas parcerias entre o Poder Público e instituições acadêmicas, para a execução de **projetos de extensão e pesquisa**, que abordem a covid-longa de maneira multidisciplinar. Também, que avancem estudos para a compreensão dos impactos sanitários, econômicos e sociais da pandemia no território gaúcho. Fomentar investimentos em pesquisa, ciência e tecnologia para fins de linha de produção científica necessárias para melhor compreender a doença e seus efeitos e estruturar centros de tecnologia leve e dura para o cuidado em saúde.
7. Que os Orçamentos Públicos da União, Estados e Municípios, expressem os desafios impostos pelo aumento da demanda regular dos serviços de saúde, represados durante o período agudo da pandemia. Ocorreu o agravamento da condição de saúde da população e o aumento das filas para realização de exames, consultas e procedimentos cirúrgicos. Que os impactos da covid-longa sejam considerados no Sistema Único de Saúde. Portanto, que o **orçamento**

**público destine recursos suficientes para o cuidado da saúde da população.**

8. Que sejam realizados esforços, como uma **ação emergencial**, nos âmbitos municipal, estadual e federal, para que os **casos represados de consultas, exames e cirurgias sejam atendidos** visando minimizar a espera por atendimento.
9. Que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul cumpra, no mínimo, com a **aplicação dos 12%** da receita líquida de impostos e transferência em Ações e Serviços Públicos de Saúde, conforme preconiza a Emenda Constitucional nº 29/2000, regulamentada pela Lei Complementar 141/2012.
10. Que as **campanhas de vacinação, contra a Covid-19 e outras enfermidades**, sejam permanentes, visando consolidar uma ampla cobertura vacinal que proteja a população das formas graves de adoecimento, servindo como ferramenta para a educação em saúde, e necessária para o enfrentamento das notícias falsas (fake news);
11. Que na perspectiva da promoção e prevenção à saúde, sejam **incentivados os protocolos não farmacológicos de prevenção à Covid-19**, estimulando o uso de máscara em ambientes com baixa ventilação ou em aglomerações, e a higienização das mãos. E que seja garantido o acesso às máscaras, especialmente para trabalhadores e populações vulnerabilizadas.
12. Que seja instituída uma **Política Estadual de Proteção Social às Crianças e Adolescentes em situação de Orfandade decorrente da pandemia de Covid-19**, com destinação de auxílio financeiro e ações intersetoriais, que incluam o campo da educação, saúde e assistência social. Recomendamos a aprovação do Projeto de Lei 10/2022, em tramitação na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.
13. Que a Secretaria Estadual de Saúde e as Secretarias Municipais **mantenham os Comitês de Acompanhamento e Monitoramento da pandemia da Covid-19** em seus territórios.
14. Que nos municípios, ou no âmbito regional, a partir do Controle Social, sejam constituídos Comitês em Defesa das Vítimas da Covid-19.
15. Que os **painéis de monitoramento eletrônico**, para acompanhamento da situação da Covid-19 disponibilizados pelos governos, na medida em que novas evidências científicas surjam, incorporem novas categorias. Por exemplo, em vez de uma categoria genérica como “recuperados”, informada no site da Secretaria Estadual de Saúde, que informe o número de pessoas que se encontram em reabilitação – como as que apresentam sequelas graves e sintomas descritos no escopo da covid-longa.
16. Que as **políticas de seguridade social e de direitos sociais ampliados sejam**

**fortalecidas** na perspectiva do cumprimento dos artigos 6º e 196º da Constituição Federal. Para tanto são imprescindíveis articulações intersetoriais com os organismos de assistência e proteção social, bem como articulações horizontais com lideranças e organizações comunitárias, para que os direitos da população sejam garantidos em sua integralidade.

17. Que seja elaborada uma **política de reabilitação e proteção social aos trabalhadores que experienciam sequelas da Covid-19 ou Covid-longa**. Conforme indicam os estudos, os sintomas podem acarretar alterações físicas, psicológicas e neurológicas que interferem na capacidade de execução do trabalho. Em estabelecido nexo causal da infecção pela Covid-19 com o ambiente de trabalho, é justo o reconhecimento dos direitos trabalhistas e previdenciários decorrentes.
18. Que as **pessoas com deficiência** sejam atendidas em suas especificidades. Além das necessidades de atenção à saúde daquelas que foram vítimas da Covid-19, também as consequências relacionadas ao retorno ao trabalho. No Brasil, de acordo com levantamento do Dieese, cerca de 73,5 mil pessoas com deficiência perderam o emprego entre janeiro e setembro de 2020.
19. **Revogação da Emenda Constitucional 95**, que congelou por 20 anos o gasto primário da União. De acordo com o Conselho Nacional de Saúde, entre 2018 e 2022, a perda de recursos do SUS foi de R\$ 37 bilhões.
20. Que a Secretaria Estadual e as secretarias municipais de Educação estabeleçam **estratégias para recuperar os prejuízos pedagógicos e psicossociais** decorrentes do período da pandemia, quando a oferta do ensino foi profundamente desigual entre escolas públicas e privadas. Para tanto, além de reforçar as dinâmicas e práticas pedagógicas do presencial, é necessário disponibilizar ferramentas e tecnologias educacionais digitais nas escolas públicas. Compreender as escolas como espaços protetores e promotores de saúde, mantendo o uso de máscara, higienização das mãos e ventilação adequada, práticas que serão necessárias enquanto os índices de cobertura vacinal não forem atingidos e a pandemia persistir.<sup>4</sup>
21. Que seja instituída e executada a **Política Estadual de Prevenção às Remoções e aos Despejos** no Estado do Rio Grande do Sul. Com a pandemia da Covid-19, a população mais pobre se viu diretamente atingida pela emergência sanitária, que somada à crise econômica, agrava a situação de precariedade de moradia. Recomendamos a aprovação do Projeto de Lei 35/2022, em tramitação na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

---

<sup>4</sup> [https://agencia.fiocruz.br/sites/agencia.fiocruz.br/files/u34/nt\\_4\\_geral\\_1.pdf](https://agencia.fiocruz.br/sites/agencia.fiocruz.br/files/u34/nt_4_geral_1.pdf)

## **ANEXO I - Audiências Públicas: Atenção Integral do Estado às Vítimas da Covid-19**

### **a) Macrorregião Metropolitana (Porto Alegre)**

**Data:** 30/05/2022

**Horário:** 18:30

**Local:** Sala Adão Preto, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

**Link da transmissão:** <https://www.youtube.com/watch?v=P8vVWiUYS0I&t=1553s>

**Presenças:** Deputado Pepe Vargas, Deputada Stela Farias, Vereadora de Sapiranga - Rita Della Giustina, Vereadora de Avorada - Giovana Thiago, Liliane Paz Deble pela Defensoria Pública Estadual, Gisele Muller Monteiro pelo Ministério Público Estadual, Ana Paula Carvalho de Medeiros pelo Ministério Público Federal, Fernando Pigatto do Conselho Nacional de Saúde, Claudio Augustin, Inara Ruas e Mariana Dambroz pelo Conselho Estadual de Saúde, Iti Guimarães, Jane Fonseca e Rosângela Dornelles pela Associação Vida e Justiça em Apoio e Defesa dos Direitos das Vítimas da Covid-19, Paola Falceta da Associação de Vítimas e Familiares de Vítimas da Covid-19 – Avico Brasil, Maria Juliana Moura da Rede Trabalhadores & covid-19, pesquisadora associada ao Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana – FIOCRUZ, Edson Diovani Rosa Viana – Servidor Público Estadual, Ewelín Canizares do Movimento Inclusivass, Ana Paula Lima pelo Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre, Rosângela Gomes Schneider e Sonia Coradini pelo Conselho Regional de Enfermagem, Jornal Brasil de Fato, Micheli Rossetto da Frente pela Vida/RS, Marcelo Fagundes e Carlos Grossini pelo Hospital Alvorada, Julio Alt pelo Conselho Estadual de Direitos Humanos, Júlio Sá pela Associação Mães e Pais pela Democracia – AMPD, Marcelo D'Ávila pelo Conselho Regional de Medicina do RS – CREMERS, Carlos Duarte do GAPARS, Neusa Heinzelmänn do Coletivo Feminino Plural, Andrea Gomes da Associação dos Servidores do Grupo Hospitalar Conceição – ASERGHIC, Helena Cavalcanti Ransolin do SINDIFARS, Elpidio Borba CTB/SINTERGS, Karina Züge da AGADIM, Fraternidade Cristã das Pessoas com Deficiência do RS, Conselho Municipal de Saúde de Arroio dos Ratos, Everson Fernandes Pereira (doutorando UFRGS), Juan Sanchez pelo SINTTEL RS, Carla Tomasi pelo Conselho Regional de Psicologia RS, Mariana Diefenthaler pela OAB-RS, Rubem Braccini pelo mandato do deputado estadual Zé Nunes, Rosemere Brum, Andréia Maranhão Carneiro pelo Gabinete Dep. Jeferson Fernandes, Fórum ONG AIDS RS, CEETB/RS, DAPPS/SES-RS, Sindicato dos Enfermeiros do Rio Grande do Sul.

### **b) Macrorregião Centro-Oeste (Santa Maria)**

**Data:** 22/06/2022

**Horário:** 18:30

**Local:** Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria

**Link da transmissão:** <https://www.youtube.com/watch?v=fgMAExfti10>

**Presenças:** Deputado Pepe Vargas, Deputado Valdeci Oliveira - Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Valdir Oliveira - Vereador de Santa Maria, Atheros Cides dos Santos - Vereador de Rosário do Sul, Manoel Renato Badie – Vereador de Santa Maria, Aquiles Pires - presidente da Câmara de Vereadores de Santana do Livramento, Fernando Pigatto pelo Conselho Nacional de Saúde, Cláudio Augustin, Inara Ruas e Mariana Dambroz pelo Conselho Estadual de Saúde, Cecília Brondani, Nilza Lourenço da Silva, Jane Fonseca e Rosângela Schneider pelo Conselho Regional de Enfermagem do RS, Liane Beatriz Righi - professora UFSM, Rosângela Dornelles e Iti Guimarães pela Associação Vida e Justiça em Apoio e Defesa dos Direitos das Vítimas da Covid-19, Margarete Resmini e Bruna Dallenogare do Sindisaúde de Santiago, Diossana Oliveira do Conselho Municipal de Saúde de Santa Maria, Paola Falceta pela Avico Brasil, Maria Cândida Marques de Melo (sobrevivente), Cilene Rossi Soares de Moraes pelo mandato da vereadora Marina Callegaro, Luiz Anibal Vieira Machado pelo Conselho Municipal de Saúde de Cachoeira do Sul, Leila Rosa pela ANEN.

### **c) Macrorregião Vales (Lajeado)**

**Data:** 23/06/2022

**Horário:** 14:00

**Local:** Câmara Municipal de Vereadores de Lajeado

**Presenças:** Deputado Pepe Vargas, Vereador de Lajeado - Sergio Luiz Kniphoff, Ramon Jesus – Vice-prefeito de Taquari, Liliane Paz Deble pela Defensoria Pública Estadual, Claudio Augustin, Inara Ruas e Mariana Dambroz pelo Conselho Estadual de Saúde, Rosângela Dornelles, Jane Fonseca, Célia Ziegler e Iti Guimarães pela Associação Vida e Justiça em Apoio e Defesa dos Direitos das Vítimas da Covid-19, Paola Falceta pela Avico Brasil, Danilo Fernandes Costa – Rede Trabalhadores & Covid-19 da FIOCRUZ -professor da UFPB, Jean Segata – Coordenador da Rede Covid-19 Humanidade MCTI da UFRGS, Everson Fernandes Pereira (doutorando UFRGS), Flávio Miguel Henn e Cristiane A. Goettems (sobreviventes), Fernando Pigatto pelo Conselho Nacional de Saúde, Rosangela Gomes Schneider e Sonia Coradini pelo Conselho Regional de Enfermagem, Sílvio José Cadore pelo PT Encantado, Evandro Borba - coordenador da vigilância sanitária de Teotônia, Rejane Verruck pelo Conselho Municipal de Saúde de Lajeado e Sindicómércio, Carlos Luis Gewehr pelo Sindisaúde Lajeado, Renata Cristina Rocha da Silva pelo Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 5ª Região, Sindicato dos Enfermeiros do Rio Grande do Sul, Alceu Luiz Signori.

**d) Macrorregião Sul (Pelotas)**

**Data:** 30/06/2022

**Horário:** 18:30

**Local:** Câmara Municipal de Vereadores de Pelotas

**Link da transmissão:**

[https://www.facebook.com/TVCamaraPelotas/videos/579348940439220/?extid=CL-UNK-UNK-AN\\_GK0T-GK1C-GK2C&ref=sharing](https://www.facebook.com/TVCamaraPelotas/videos/579348940439220/?extid=CL-UNK-UNK-AN_GK0T-GK1C-GK2C&ref=sharing)

**Presenças:** Deputado Pepe Vargas, Deputado Fernando Marroni, Vereadora Mirian Marroni – Pelotas, Fernando Pigatto pelo Conselho Nacional de Saúde, Cláudio Augustin, Inara Ruas e Mariana Dambroz pelo Conselho Estadual de Saúde, Rosane Brandão Pró-Reitora da UFPEL, Rosângela Dornelles, Neuza Janke e Iti Guimarães pela Associação Vida e Justiça em Apoio e Defesa dos Direitos das Vítimas da Covid-19, Ronaldo Quadrado - Conselheiro Tutelar de Pelotas, Eliane Nunes Gulart e Paola Falceta pela Avico Brasil, Julieta Carriconde Fripp da CUIDATIVA – Centro Regional de Cuidados Paliativos, Carlos Ebeling Duarte do GAPARS, Everson Fernandes Pereira - doutorando UFRGS, Carlucia Alves Ferreira - estudante de medicina, estagiária Cuidativa, Liliane Teixeira da Rede Trabalhadores & Covid-19 Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana, ENSP/Fiocruz, Cintia Daniela Pereira Osório pela 3º Coordenadoria Regional de Saúde, Bianca D’Carla pelo Sindisaúde Pelotas, Pedro Funari Pereira pelo Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul, Nino Rafael Kriger pelo Conselho Estadual de Direitos Humanos, Francisca Jesus pelo mandato da vereadora de Pelotas Fernanda Miranda, Milton Martins - assessoria deputado Fernando Marroni, Fabiana Costa - enfermeira, Dioneli Reis - assistente social, Glauco Silva - assessor jurídico, Vanessa Marques - psicóloga, Diogo Sousa Magalhães - psicólogo, Sindicato dos Enfermeiros do Rio Grande do Sul, Renata Cristina Rocha da Silva pelo Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 5º Região, Sônia Coradini pelo Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Sul.

**e) Macrorregião Missioneira (Santa Rosa)**

**Data:** 18/07/2022

**Horário:** 18:30

**Local:** Câmara Municipal de Vereadores de Santa Rosa

**Link da transmissão:**

**Presenças:**

Deputado Pepe Vargas, Deputado Jeferson Fernandes, Vereadora Cleonice Elisabete Brinhol – Presidente da Câmara de Vereadores de Santa Rosa, Vereadora de Santa Rosa

- Marcia Carvalho, Vereador de Santa Rosa - Osório Antunes dos Santos, Sandra Rodrigues Aquino - Secretária municipal de saúde de Tuparendi, Gilmar Klug - suplente de vereador de Santa Rosa, ex-prefeito de Santa Rosa - Orlando Desconsi, ex-vice-prefeito de Santa Rosa - Luís Antônio Benvegnú, Fernando Pigatto pelo Conselho Nacional de Saúde, Cláudio Augustin e Inara Ruas pelo Conselho Estadual da Saúde, Gabriela Soares, Rosângela Dornelles e Iti Guimarães pela Associação Vida e Justiça em Apoio e Defesa dos Direitos das Vítimas da Covid-19, Paola Falceta pela AVICO Brasil, Luis Carlos Martins e Cláudio Souto pelo Conselho Municipal de Saúde de Santa Rosa, Paulo Cesar Pich pelo Hospital Dom Bosco, Vania Rosa Roman pelo Hemocentro Regional de Santa Rosa, Elton Enio Hbner, Giselda Diesel e Letícia Raddatz pelo Sindicato dos Bancários, Carlos Duarte do GAPA/RS, Everson Fernandes Pereira (doutorando UFRGS), Édina Alves - familiar de vítimas e associada da AVICO Brasil, Elpídio Borba pelo Sintergs e CTB, Rosangela Gomes Schneider e Sonia Coradini pelo Conselho Regional de Enfermagem, Sindicato dos Enfermeiros do Rio Grande do Sul, Miro Jesse, Tiago Monteiro Neves, Sandra Lunardi, Alcindo Kempfer.

**f) Macrorregião Norte (Passo Fundo)**

**Data:** 19/07/2022

**Horário:** 18:30

**Local:** Câmara Municipal de Vereadores de Passo Fundo

**Link da transmissão:** [https://www.youtube.com/watch?v=6bBbcHl2\\_ul](https://www.youtube.com/watch?v=6bBbcHl2_ul)

**Presenças:** Deputado Pepe Vargas, Vereadora de Passo Fundo - Eva Valéria Lorenzato, Claudio Augustin e Inara Ruas pelo Conselho Estadual de Saúde, Paola Falceta pela Avico Brasil, Ana Maria Becker Oviedo, Gabriela Soares, Rosangela Dornelles, Elisabeth Lumena Becker e Iti Guimarães pela Associação Vida e Justiça, Sônia Coradini pelo Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Sul, Gustavo Kasperbauer - Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Santo Antônio do Planalto, Ésio Francisco Sabetti do Conselho Estadual de Direitos Humanos RS, Fernando Pigatto pelo Conselho Nacional de Saúde, Tais de Almeida do Conselho Municipal de Saúde de Pelotas, Leonardo Calegari pelo Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 5ª Região, Carlos Duarte do GAPARS, Maria de Lourdes Coelho (Pupe) - mãe de vítima fatal, Leonilde Zamuner do Conselho Municipal de Saúde de Passo Fundo, Elenice Pastore do Centro de Educação e Assessoramento Popular (CEAP), Everson Fernandes Pereira - doutorando UFRGS, Sindicato dos Enfermeiros do Rio Grande do Sul.

**g) Macrorregião Serra (Caxias do Sul)**

**Data:** 25/07/2022

**Horário:** 18:30

**Local:** Câmara Municipal de Vereadores de Caxias do Sul

**Link da transmissão:** <https://www.youtube.com/watch?v=8o88jBSn76Y>

**Presenças:** Deputado Pepe Vargas, Vereadora Denise Pessoa – Presidente da Câmara de Municipal de Vereadores de Caxias do Sul, Vereador Rafael Bueno – Presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, Vereadora Estela Balardin, Vereadora suplente Roselaine Frigeri, Alexandre Silva e Samanta Nascimento pelo Conselho Municipal de Saúde de Caxias do Sul, Claudio Augustin, Inara Ruas e Mariana Dambroz pelo Conselho Estadual de Saúde, Rosângela Dornelles, Alceu Cardoso e Cláudia Shedeck pela Associação Vida e Justiça, Sônia Coradini pelo Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Sul, Paola Faceta pela Avico Brasil, Evandro Mossi da Silveira servidor da Secretaria Municipal da Saúde, Fernanda Stallivieri pela UERGS (campus regional II), Inara Ruas pelo Sindicato dos Enfermeiros do Rio Grande do Sul, Rui Miguel e Maria Lourdes Back de Lima pelo Sindicato dos Servidores Municipais de Caxias do Sul (Sindiserv), Sônia Crstóvão - servidora municipal, Fernando Pigatto pelo Conselho Nacional de Saúde, Jocélia Almeida pelo Conselho Regional de Psicologia, Carlos Duarte do GAPARS, Maria Juliana Moura do Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana – FIOCRUZ, Fabio Etges e Nei da Rosa pelo Hospital Pompéia, Claudette Leite pelo Hospital Geral de Caxias do Sul, Ney Stedile pelo Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 5ª Região, Everson Fernandes Pereira - doutorando UFRGS, Luis Carlos de Azevedo pelo Cerest Serra, Juçara Quadros pelo Movimento Negro Unificado, Karina Santos pelo Psol Caxias do Sul, Joceli Veadrigo pelo PT Caxias do Sul, Agnaldo Reinaldo de Paula pelo mandato da Deputada Federal Fernanda Melchiona, Valdoir da Rosa pela Associação dos Moradores do Bairro São Lucas.

## Anexo II - Reprodução da Reportagem do Jornal Brasil de Fato<sup>5</sup>

### **Brasil, um país sem políticas públicas para enfrentar as sequelas da covid:** Cansaço, dores, perda de memória. São algumas das marcas da covid longa que atinge milhões de brasileiros

*Katia Marko e Fabiana Reinholz*

*Brasil de Fato | Porto Alegre | 09 de Agosto de 2022 às 18:16*

*“Eu perdi a maior parte do meu olfato, e até hoje não recuperei. Tive embolia pulmonar como sequela da covid, três meses após ter saído do hospital pela primeira vez. Mais de dois anos depois, meus médicos constataram, através de comparação de imagens de ressonância cerebral pré e pós-covid-19, que meu cérebro foi afetado. Os exames mostram que ele está similar ao de uma pessoa 20 anos mais velha do que eu. Tenho perda de memória, déficit de atenção e mudanças de humor totalmente inesperadas. Estou diferente do que era antes da covid-19. Sou mulher com deficiência e possuo patologias neurológicas, que são comorbidades. Mesmo assim, meu direito de atendimento preferencial e de acompanhante para algumas atividades hospitalares não foi respeitado”.*

*O relato é da Ewelín Canizares, 57 anos, integrante da Associação Vida e Justiça e do Movimento Feminista de Mulheres com Deficiência Inclusivass. Ela contraiu covid em 2020. Na ocasião, ficou uma semana internada, na ressonância pulmonar. Ewelín está no grupo de mais de 33 milhões de pessoas tidas como recuperadas da doença. É o que indica o Painel Coronavírus, do Ministério da Saúde.*

*Mas esse mecanismo ignora as pessoas que, do mesmo modo que Ewelín, convivem com as sequelas da doença, sejam elas leves ou mais significativas. É a covid longa. Quem foi afetado por ela, mesmo depois de várias semanas do desaparecimento do quadro agudo, sofre com a persistência de alguns sintomas. Ou inclusive com o surgimento de sintomas novos. Que nunca haviam sido constatados antes da doença, incluindo uma ampla gama de problemas de saúde contínuos que duram semanas, meses ou anos.*

**Mais de 33 milhões são tidos como recuperados, mas não é bem assim**

*“As mais de 33 milhões de pessoas que foram infectadas e que são tidas como ‘recuperadas’, na verdade, não são totalmente recuperadas, várias delas passam o ciclo e logo depois aparecem as sequelas do vírus”, adverte o presidente do Conselho Nacional de Saúde, Fernando Zasso Pigatto.*

---

<sup>5</sup><https://www.brasildefatos.com.br/2022/08/09/brasil-um-pais-sem-politicas-publicas-para-enfrentar-as-sequelas-da-covid>

*“É uma situação terrível que, associada à outras doenças que ficaram sem ter atendimento durante a pandemia, gera muita demanda reprimida. De cirurgias, exames, consultas, medicamentos. É uma demanda que já existia antes e que é muito pior agora, tudo isso decorrente da falta de financiamento adequado para o SUS”, destaca.*

*Como repara o presidente da Frente Parlamentar em Defesa das Vítimas da Covid-19, deputado estadual Pepe Vargas (PT), passa-se a ideia de que quem teve um quadro agudo de covid, e não foi a óbito, estaria recuperado. “É inclusive o que a gente vê nos painéis de controle, sejam os do Ministério da Saúde, ou das secretarias estaduais e municipais de Saúde, seja naquele do consórcio dos veículos de imprensa diariamente divulgados à população”, expõe Vargas, que também é médico.*

#### ***“Atendimento no estado é praticamente inexistente”***

*Ewelín segue tendo acompanhamento médico. Uma realidade não compartilhada por muitas das vítimas que convivem com as sequelas. Representantes das entidades que integram o Comitê em Defesa das Vítimas da Covid-19, dizem que o atendimento no estado praticamente inexistente. “O que existe são ações localizadas, bem-intencionadas, mas sem a estrutura necessária para atender todas as necessidades”, observa o presidente do Conselho Estadual da Saúde (CES), Cláudio Augustin.*

*Entre as unidades de atendimento aos portadores de sequelas no estado, há o Hospital das Clínicas, o ambulatório de reabilitação pós-covid, que funciona dentro do Centro de Saúde IAPI, o Cuidativa em Pelotas, ligado à Universidade Federal de Pelotas (UFPel), o Ambulatório da Univates em Lajeado e o Ambulatório da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).*

#### ***Fadiga, polineuropatia, lesão nervosa e dores neuropáticas***

*Referência estadual, o Hospital das Clínicas, visitado pela reportagem do Brasil de Fato RS, atende atualmente 30 consultas semanais no ambulatório de Fisiatria Pós-Covid (consultas médicas), sendo quatro de primeiras consultas (provenientes das UBS). Os casos mais frequentes são de fadiga, perda de força em membros (polineuropatia do doente crítico, lesão nervosa periférica) e dores neuropáticas. Segundo a Chefe do Serviço de Fisiatria e Reabilitação HCPA e professora da Faculdade de Medicina UFRGS, dra. Simone de Azevedo Zanette, foram 1110 atendimentos médicos em 2021 e 2022, entre consultas, reconsultas, sessões de acupuntura.*

*O Serviço de Fisiatria e Reabilitação conta com médicos fisiatras (3), acupunturistas (2), cardiologista (1), fisioterapeutas (6), terapeuta ocupacional (1), fonoaudióloga (1), psicóloga (1), enfermeiras (2), técnicas de enfermagem (2), educadores físicos (2), nutricionista (1) e assistente social (1). Além disso, conforme intercorrências/gravidade do caso, os pacientes podem ser encaminhados para as equipes de Psiquiatria, Medicina Interna, Pneumologia, Medicina do Trabalho, entre outras.*

*A Secretaria de Saúde/RS anunciou ter destinado R\$ 7 milhões para investimentos na estruturação de 10 ambulatórios pós-covid no Rio Grande do Sul, em 2021, segundo reportagem do Jornal da Universidade.*

Em âmbito federal, de acordo com o **Portal da Transparência**, o governo investiu, em 2020, R\$ 524,02 bilhões, o que equivaleria a 15,85% dos gastos públicos. Em 2021, foram R\$ 102,49 bilhões (2,8%). Para 2022, há previsão de um corte de 20% do orçamento de 2021.

### **Quase metade das pessoas recuperadas apresenta alguma sequela**

Francisco Funcia, vice-presidente da Associação Brasileira de Economia da Saúde – AbrES, acentua que, com a pandemia, foi necessário romper com a regra do teto de gastos. “Essa foi a novidade, que lamentavelmente teve que custar a vida de pessoas, para que a gente pudesse comprovar algo que estamos falando há bastante tempo: o governo federal tem recursos para investir mais na saúde. Tanto é que, na pandemia, colocou mais recurso não só para a saúde, como também para o auxílio emergencial”, argumenta. E prossegue: “E o Estado brasileiro não faliu, não quebrou. As contas públicas não destruíram a capacidade de financiamento das políticas públicas por parte do governo federal”.

Aguardando tramitação no Senado, há o projeto de lei (**PL 3.579/2021**) do senador Rogério Carvalho (PT-SE) que institui pensão especial a pessoas que apresentem sequelas decorrentes da infecção causada pelo vírus da covid, o Sars-CoV-2. Se aprovado, o benefício terá valor de um salário-mínimo, hoje é de R\$ 1,1 mil, e será pago mensalmente, tendo caráter indenizatório.

O Relatório Europeu da Saúde 2021, divulgado em março deste ano, elaborado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), aponta que, entre 10% e 20% das pessoas que tiveram covid, sofrem de sintomas após se recuperarem da fase aguda. Afirma que a situação conhecida por "long covid" ocorre geralmente três meses a partir do início da doença. O quadro sintomático dura, pelo menos, dois meses. As queixas mais comuns incluem fadiga, falta de ar e disfunção cognitiva.

Outro estudo, conduzido pela Fiocruz Minas e publicado pela revista *Transactions of The Royal Society of Tropical Medicine and Hygiene*, em maio deste ano, apontou que 50% dos contaminados apresentaram sintomas pós-infecção. Os pesquisadores acompanharam 646 pacientes, entre 18 e 91 anos, ao longo de 14 meses e contabilizaram mais de 20 sintomas recorrentes. Cansaço, tosse, dificuldade para respirar, perda de memória e transtornos mentais estão entre as reclamações mais frequentes.

“Embora a maior parte desses estudos tenha como base populações na Ásia, Europa ou América do Norte, com condições e cenários distintos do que temos no Brasil, é possível especular que uma proporção semelhante de brasileiros esteja passando por complicações pós-covid, alerta o professor do Departamento de Matemática Pura e Aplicada da UFRGS, Álvaro Ramos.

Como nos últimos quatro meses houve cerca de quatro milhões de novas confirmações, “possivelmente algo entre um e dois milhões de brasileiros hoje estejam sofrendo com sintomas duradouros da covid-19, principalmente entre a população mais suscetível ou entre aqueles que desenvolveram casos mais graves”, calcula.

## **Muitas pessoas morrem de pós-covid, mas não há acompanhamento**

No Rio Grande do Sul, mais de dois milhões de pessoas foram confirmadas com coronavírus. “Se 30% dessas pessoas têm sequelas, nós estamos falando de 800 mil pessoas ou 900 mil pessoas com sequelas e isso é mais da metade da população de Porto Alegre”, avalia Augustin, ele também vítima da covid.

O presidente do CES foi hospitalizado com uma pneumonia bacteriana no dia 1º de dezembro de 2020. Ao contrair covid dentro do hospital, sua vida mudou profundamente. Desde agosto de 2021 está em casa, mas ainda acamado. Quando estava começando a caminhar, contraiu covid novamente e, desde então, sua recuperação tem acontecido bem lentamente. “Agora que eu estou começando a voltar a comer e tomar líquidos. Antes era tudo por sonda”, relata.

Augustin comenta que existe um alto índice de pessoas que morrem pós-covid, seis meses depois de saírem do hospital. “Não há nenhum acompanhamento. Não tem nenhuma política pública, seja nacional ou estadual. Temos algumas iniciativas municipais, mas que não dão conta das necessidades existentes”.

“Mesmo tendo sido internados e entubados, esses sobreviventes da covid voltam para fila para tratar as sequelas. Muitos esperam meses para obter uma consulta com um neurologista ou psiquiatra, por exemplo. Outros não conseguem fazer um exame de revisão pelo SUS pela demora absurda ou pagam como particulares por não poderem esperar”, informa a presidente da Avico Brasil, assistente social e militante de direitos humanos, Paola Falceta.

### **“Realidade das pessoas com sequelas não é transparente, e é cruel”**

Presidenta da Associação Nacional em Apoio e Defesa dos Direitos das Vítimas da Covid-19 – Vida e Justiça, a médica Rosângela Dornelles, por conta de sua experiência em relação aos pacientes da covid-19, destaca que a realidade das pessoas com sequelas não é transparente e é cruel. “Elas estão sem direcionamento, sem política pública adequada, seja na área da saúde ou na área social em relação à renda. Temos muita pobreza, principalmente porque muitas perderam o emprego, não conseguiram retornar. Muitas ficaram com sequelas neurológicas, tonturas”, conta.

Rosângela enfatiza que especificamente na área de saúde há um problema sério, que é a ausência de protocolos de atendimento para os pacientes com sequelas. “Quando se fala em recuperados, a gente não sabe o que a covid fez, o que a síndrome prolongada fez. Não temos dados oficiais transparentes dos quantitativos”, nota. “Tivemos subnotificações, não tivemos testes suficientes, não conseguimos fazer uma imunização adequada. Perdemos janelas impressionantes para o nosso plano nacional e isso criou toda uma linha de pacientes com sequelas das mais variáveis possíveis, fisicamente, mentalmente”, exemplifica.

A enfermeira Inara Ruas, vice-presidente do CES, explica que todas as vezes que surgem doenças desse tipo, como epidemias, são produzidos protocolos pelo Ministério da Saúde, o

que não aconteceu durante a pandemia. A ausência de ordenamento se reflete também nos estados. “Só temos conhecimento do protocolo de Belo Horizonte, e uma outra experiência bem interessante que é do Conselho dos Fisioterapeutas”, expõe.

#### **Avisos do Conselho Estadual de Saúde foram desconsiderados**

A falta de protocolo, apontam os especialistas ouvidos pelo Brasil de Fato RS, faz parte de toda uma falta de estrutura, desinteresse, negligência por parte do poder público. Augustin comenta que o CES encaminhou, durante os dois primeiros anos da pandemia, várias recomendações ao governo estadual que foram ignoradas. “Nós levantávamos questões bastante sérias, e podíamos ter mudado a história da covid no Rio Grande do Sul. Mas não mudou e tivemos mais de dois milhões de gaúchos contaminados”, desabafa.

Para Rosângela, a Secretaria de Saúde/RS e o governador relativizaram ou desconhecaram praticamente todas as resoluções e recomendações, tanto do CES quanto de outras instituições e organismos científicos, locais, nacionais e internacionais. “Até a presente data, já vigente a Recomendação nº 13 do CNS, de 26.05.22, a Secretaria de Saúde ainda não adotou nenhuma iniciativa para criação de uma Rede de Cuidados às Vítimas da Covid-19 e seus familiares”, questiona.

Na avaliação de Paola Falceta, da Avico, o governo gaúcho deixou muito a desejar na gestão da pandemia. “Finalizadas as audiências públicas da Frente Parlamentar em sete macrorregiões de saúde – Porto Alegre, Santa Maria, Lajeado, Pelotas, Santa Rosa, Passo Fundo e Caxias do Sul – ficou evidente que muitos municípios enfrentaram a pandemia com muita dificuldade”. Segundo ela, as cidades que têm tratamento multidisciplinar para as sequelas da covid são aquelas que contam com a parceria público ou privada de universidades. “Porque as que dependem exclusivamente dos municípios e do estado na gestão do SUS, esse serviço, quando existe, é muito precário e longe de atender as necessidades de saúde dos sobreviventes”, relata.

Além da debilidade proveniente dos poderes executivos, também há ausência de uma política articulada em torno da atenção integral à saúde dos sequelados da covid. “Não há uma estatística que possa mensurar quantas são as pessoas que tiveram covid e estão com sequelas. E quantas estão com sintomas da covid longa”, comenta Pepe Vargas. “A primeira questão importante a ser discutida é essa: que se passe a ter um reconhecimento da necessidade de que isso tenha uma devida notificação, uma mensuração, para que o poder público, o estado, o SUS, enfim, possa desenvolver uma política de cuidados a essas pessoas”, propõe.

No dia 22 de abril de 2022, o governo federal emitiu a Portaria nº 913, que declarou o encerramento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV).

#### **“O SUS mostrou toda a sua força durante a pandemia”**

De acordo com relato dos especialistas ouvidos pela reportagem, desde antes da pandemia o SUS vinha sendo pressionado pelo subfinanciamento e também pelo aumento dos usuários. Rosângela chama a atenção que, em 2018, 64% da população dependia do SUS, enquanto

hoje são 75%. Além disso, pontua, em 2019 a despesa com saúde correspondeu a 9,6% do PIB, sendo que menos de 40% destes foram de gasto público.

Para Ramos, o SUS está sendo fundamental desde o início da pandemia para salvar vidas. “Embora o Brasil tenha sido um dos países com o maior número de óbitos em decorrência da covid – com mais de três mil óbitos por milhão de habitantes, contrastando com pouco mais de 800 óbitos por milhão na média mundial, segundo o painel Our World in Data, mantido pela Universidade de Oxford – a taxa de fatalidade aparente acumulada ficou, mesmo nos piores períodos da pandemia, abaixo de 3%. Ou seja, mesmo nos momentos mais graves da pandemia, o sistema de saúde brasileiro conseguiu preservar a vida de 97 de cada 100 pacientes diagnosticados com a doença. E o gigantesco número de óbitos observado no país se deu pelo ainda mais gigantesco número de casos confirmados, por causa da grande circulação viral”, afirma, destacando o papel do SUS também na vacinação.

“O Sistema Único de Saúde mostrou toda sua força durante a pandemia, mesmo com a falta de financiamento, após a aprovação da EC 95: de 2018 até 2022 foram mais de R\$ 37 bilhões que foram retirados do SUS. Obviamente, ainda há muitos desafios, principalmente no que diz respeito às sequelas da covid-19. Muitas ainda nem são conhecidas”, aponta o presidente do CES.

Augustin defende que é preciso lutar ainda mais pelo SUS. “Tem que começar a desprivatizar, fazer um plano de carreira nacional do SUS. É urgente construir uma nova realidade, e ao construir essa nova realidade, tu começa a transformar a atual realidade”, conclui.

Pepe Vargas acredita ser necessário um orçamento adequado. “Esse orçamento implica, no caso do Rio Grande do Sul, que o estado definitivamente assuma a necessidade de aplicar os 12% da receita corrente líquida de impostos e transferências, em ações e serviços públicos de saúde”. Segundo ele, também é importante que os municípios reforcem os seus orçamentos. Já no âmbito federal, é preciso revogar a emenda 95, do teto de gastos. “Nesse momento em que a gente tem necessidade de fortalecer os orçamentos da saúde, a emenda do teto de gastos está subtraindo recursos do Ministério da Saúde, não só para as questões da covid, mas para todas as ações de saúde necessárias à população brasileira”.

**“É preciso aumentar o investimento federal no gasto público”**

A convite da Frente pela Vida, a Associação Brasileira de Economia da Saúde (ABrES) reuniu diversos economistas para elaborar uma proposta de uma nova política de financiamento do SUS. Além de Francisco Funcia, participaram Bruno Moretti, Carlos Ocké, Rodrigo Benevides, Mariana Melo, Erica Aragão, Esther Dweck e Fernanda Cardoso de Melo. O documento foi debatido com a maior parte das entidades e movimentos da área da saúde e apresentado no Seminário Nacional da ABrES, no dia 22 de julho, em Salvador.

Funcia diz que a proposta defende a inversão da participação do gasto privado em relação ao gasto público. Ou seja, “hoje o Brasil gasta 9,6% do PIB com saúde pública e privada, no total. Vou dar números arredondados: 60% desse gasto é privado e 40% é público.

Precisamos inverter isso”. Lembra que, na maioria dos países desenvolvidos, o gasto público é maior que o gasto privado. Chega até a ser 70% do total do gasto.

Para chegar a tanto, ele explica que é necessário aumentar a participação do investimento federal no conjunto dos gastos públicos. “O governo federal só gasta 42%, quando é quem tem a maior capacidade de financiamento. Então, nós temos que fazer com que gaste entre 50% e 60% do gasto público total em saúde no Brasil. E, para isso, uma das metas que colocamos é que o governo federal gaste no mínimo 3% do PIB com saúde, o que equivaleria a um gasto público total em saúde, entre União, estados e municípios, de 6% do PIB”.

Funcia reforça que os estados, proporcionalmente, aumentaram muito mais o gasto nos últimos 20 anos do que a União, assim como os municípios cresceram ainda mais que os estados. “A participação dos municípios, comparativamente aos anos 2000, é duas vezes e meia maior. Gastavam um pouco mais de 12% e gastam hoje 32% do total do gasto público.”

#### **“Gastamos um pouco menos de R\$ 4 per capita por dia com saúde”**

Além disso, destaca que é preciso discutir onde aplicar esses recursos. “Muita gente diz que, no Brasil, não falta recurso e o que falta é gestão. Não é verdade. Falta recurso. Enquanto no Brasil, o gasto público em saúde, considerando União, estados e municípios, corresponde a 3,9% do PIB, segundo a OMS, o Reino Unido gasta 7,8% do PIB. O Brasil é muito menor do que qualquer outro desses países desenvolvidos no gasto público per capita. Gastamos um pouco menos de R\$ 4 per capita por dia com saúde”.

O economista reforça que, com esses R\$ 4 per capita/dia, equivalentes a R\$ 300 bilhões/ano, o SUS faz “assistência médica, odontológica, vacina pra criança, vacina pra animais, consulta simples, consulta especializada, exames laboratoriais, exames pra diagnóstico por imagem, produz vacinas, produz medicamentos, que é o complexo econômico da saúde. Faz desde cirurgias simples até transplantes em 5570 municípios espalhados numa extensão territorial de 8,5 milhões de quilômetros quadrados. Isto é o SUS”.

Já as operadoras de planos de saúde, segundo ele, faturam um pouco menos de R\$ 250 bilhões. E para fazer o quê? Só assistência médica. “Estou trazendo números para dizer o seguinte: falem o que quiserem, menos que o SUS não é eficiente, menos que o SUS não é eficaz, porque ele é, porque ele faz muita coisa com pouco recurso. Agora pode melhorar? Pode”.

#### **“Faz falta ter mais soberania na produção de vacinas e de medicamentos”**

Para isso, na sua avaliação, é preciso mais recursos. Para aprofundar a atenção básica, para que ela seja ordenadora da rede de cuidados, para criar uma carreira pública dos profissionais de saúde, para aprofundar e novamente retomar o programa Mais Médicos, por exemplo. “Para que a gente possa ter soberania sanitária, que vimos como foi difícil ter que ficar dependendo de importações, portanto, para retomar o desenvolvimento do nosso complexo econômico industrial da saúde. Ter mais soberania na produção de vacinas, de medicamentos, etc.”

*Por fim, alerta que, quando se fala no fortalecimento da carreira da saúde, é preciso caminhar agora para um novo modelo, que não se faz de hoje para amanhã, mas com planejamento.*

*“Temos que prever a redução, ano após ano, da contratação das organizações sociais de saúde para prestação de serviços. E enquanto se faz esta transição planejada, você também tem que criar uma regulação das atividades dessas organizações. Isso precisa estar num planejamento, tem que ter a decisão do que vai fazer, e planejar em quanto tempo vai fazer. É isso que tem que estar presente no mesmo momento que a gente discute que precisa mais recursos”, conclui.*